

## **Características e Limites de uma Experiência de Desenvolvimento Rural: o caso de Serra do Mel**

### **Antônio César Ortega**

\* *Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia IE/UFU;*  
\* *Doutor pela Universidade de Córdoba (Espanha).*

### **Emanoel Márcio Nunes**

\* *Professor Assistente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN;*  
\* *Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia – IE/UFU.*

### **Kalianne Freire Godeiro**

\* *Engenheira Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM.*

### **Resumo**

---

Este artigo busca analisar a contribuição da integração de atividades e da prática da comercialização agrícola para o desenvolvimento rural e local de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte (RN). A partir da perspectiva da agricultura familiar, tenta-se demonstrar que é possível gerar uma dinâmica local e desenvolver o meio rural, quando ações são empreendidas no sentido de incentivar a organização social e produtiva e a integração vertical das atividades, com o domínio da fase da comercialização. O resultado é a possibilidade do resgate social e da geração de ocupações mais remuneradoras no meio rural. Dessa forma, de acordo com as teorias acerca da agricultura familiar, realizamos um estudo sobre o município de Serra do Mel, visando identificar os limites e os fatores determinantes da organização e da integração para o desenvolvimento rural.

### **Palavras-chave:**

---

Agricultura familiar; Desenvolvimento local; Desenvolvimento rural.

## 1 – INTRODUÇÃO

A modernização à qual foi submetida a agropecuária brasileira ocorreu de forma parcial, deixando de fora amplos segmentos dos agricultores, principalmente os familiares. Para estes, entretanto, a não-inclusão no padrão “fordista” de produção, consequência das inovações da “revolução verde”, garantiu a permanência de um forte vínculo entre a produção e os mercados locais. Porém, como mostra Silva (2000), este vínculo já não mais se sustenta no contexto atual, em que muitos destes espaços, mesmo continuando fora dos circuitos de produção, são cada vez mais penetrados pelos processos de valorização e materializados em uma abertura comercial que homogeneiza espaços heterogêneos. Neste contexto, o desafio da agricultura familiar, com uma capacidade cada vez mais estreita de inserção no mercado, é se reinventar para conseguir se inserir.

Mas, se impactos do processo de globalização, presentes em maior ou menor grau nas diferentes regiões e municípios brasileiros, têm acirrado o processo de exclusão e desagregação da produção familiar, este desafio da reinvenção tem tido algumas respostas: as cooperativas e associações de agricultores familiares; a negociação com o poder público local e com instituições bancárias visando à obtenção de recursos que viabilizem o financiamento dos investimentos; e a agregação de valor via integração, que, de outra forma, estaria excluída do mercado.

Assim, a questão central, para nós, é se esta capacidade de resposta, que, muitas vezes, nem se esboça, pode emergir, se expandir – tanto no sentido de envolver mais agentes quanto no de apontar novos caminhos – e direcionar uma trajetória de desenvolvimento da própria economia local, onde o rural é uma peça essencial, a partir da integração de atividades sem a separação entre a agricultura e a indústria.

Afirmativamente, a hipótese que estamos defendendo é de que o desenvolvimento rural pode e deve ser pensado não somente como alternativa de superação das dificuldades econômicas e sociais dos

produtores familiares, mas, sobretudo, como eixo fundamental e estratégico para um desenvolvimento mais amplo, dinamizado a partir da contribuição de ações localizadas, desenvolvidas pelo segmento da agricultura familiar.

Entretanto, cabe perscrutar até que ponto a experiência do “desenvolvimento local” de Serra do Mel tem cumprido o papel histórico de se constituir numa estratégia de desenvolvimento rural de resgate da agricultura familiar, marginalizada pela política de modernização conservadora da agricultura brasileira das últimas décadas, e elevá-la à condição de um setor estratégico para o desenvolvimento em geral. Nos termos da referida questão, cabe avaliar se esta experiência, na forma como foi implementada e no seu alcance, contribui de fato para servir de referência nas discussões em torno de um projeto de desenvolvimento rural.

## 2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL DE SERRA DO MEL

O Projeto Serra do Mel foi concebido no ano de 1972, numa época em que era expressivo o poder de influência do Estado. O início da década de 1970 representava um período em que o Estado brasileiro estimulava a ampliação e expansão da fronteira agrícola em todo o país. No caso específico de Serra do Mel, a colonização se deu com a finalidade principal de absorver força de trabalho excedente liberada por ocasião da incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra nas salinas do Rio Grande do Norte onde, no momento, milhares de famílias tornaram-se desempregadas.

O projeto foi criado com inspiração no modelo de assentamento *moshavi*, de Israel, e planejado para a formação de vilas rurais (cada uma leva o nome de um estado da federação brasileira, conforme FIGURA 1). A colonização teve início em 1974, com a implantação de cinco vilas (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo) no eixo sul e de um centro administrativo na área central do projeto (a vila Brasília). Essas vilas foram formadas por colonos vindos de diver-

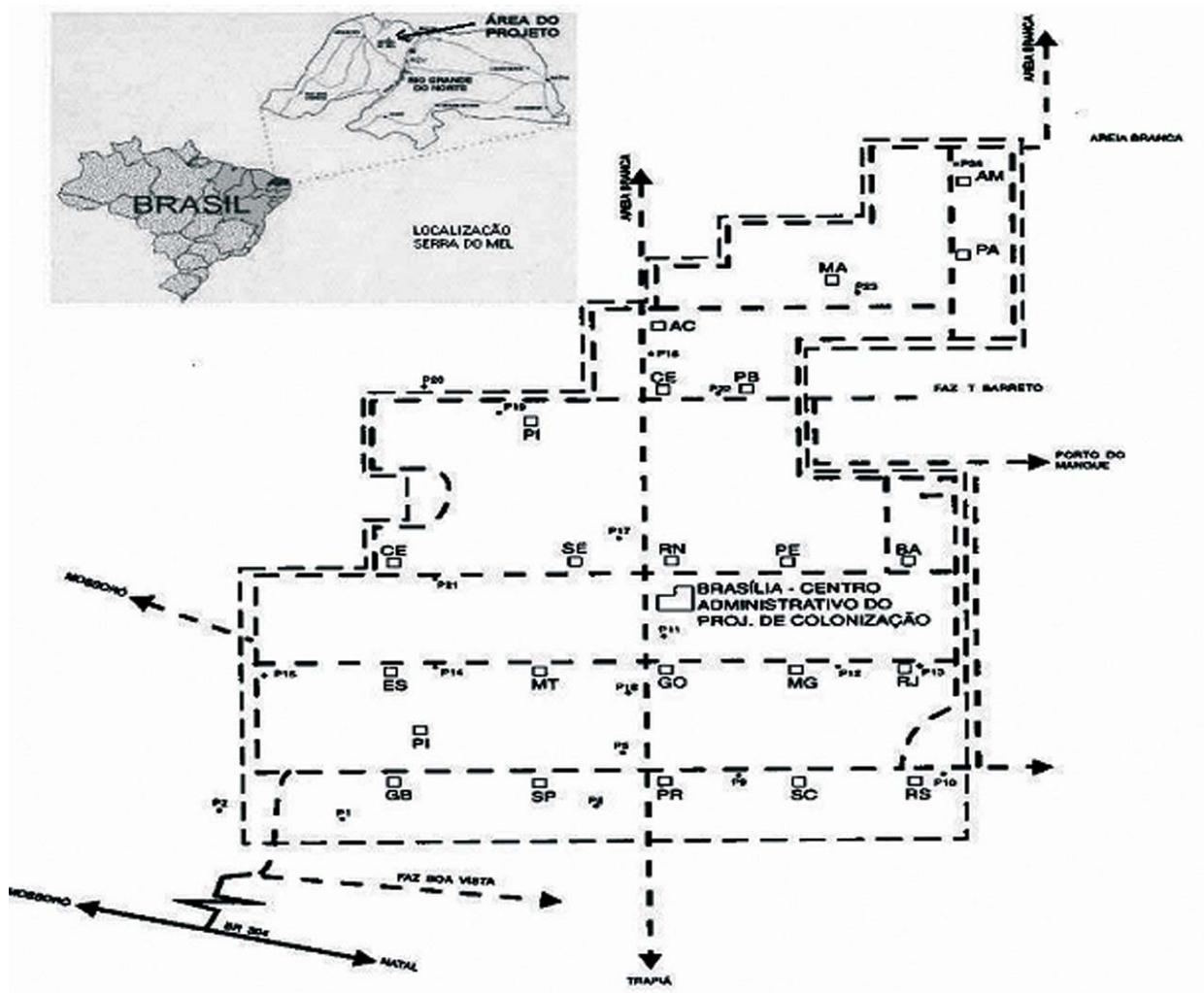
nas áreas do próprio Estado, predominando os municípios circunvizinhos. O processo de seleção dos colonos aconteceu, inicialmente, alocando os trabalhadores trazidos para a construção da infraestrutura local (demarcação, construção de casas, desmatamento, implantação do cajueiral etc.). Os demais foram assentados em seus lotes, a partir do atendimento de critérios que passavam pelo âmbito político, por intermédio de agentes com capacidade de decisão e envolvidos no projeto de colonização e que atendiam a oligarquias locais e aliados do governador.

No ano de 1975, toma posse no Estado um novo governador. Este não demonstrou interesse no projeto e procurou transformá-lo numa empresa privada e os colonos em assalariados agrícolas. Não

obteve êxito. Houve ainda uma tentativa de venda da área a um grupo israelense. Novamente fracassou. Sem conseguir transformar em empresa privada nem repassar aos israelenses, o governador desprezou totalmente o projeto.

Uma parte dos colonos que enfrentava privações alimentares promoveu, nesse ano de 1975, o arrombamento de um armazém da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (CIDA), do Estado, levando alimentos. Um segundo conflito ocorreu logo após, quando outras vilas formaram-se pela iniciativa dos próprios trabalhadores.

Em 1980, ocorreram as ocupações das vilas Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promovidas por filhos de antigos colonos com lotes im-



**Figura 1 - Mapa do município de Serra do Mel e distribuição espacial das agrovilas**  
 Fonte: Charity (1995)

produtivos e trabalhadores rurais da região, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Mossoró.

Em 1981, novas vilas se formaram a partir de uma intervenção direta do governo do Estado. Com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Assu-RN, o governo deslocou para Serra do Mel uma parte da população atingida e expulsa pelas águas do reservatório. Formaram-se as vilas Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Entre 1983 e 1984, outras vilas são formadas na área norte do projeto (Acre, Maranhão, Pará e Amazonas) e no centro.

Em 1984, surgiu um movimento desencadeado por um grupo de engenheiros agrônomos recém-formados na Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), que propôs ao governo do Estado que destinasse uma área de produção e formasse uma agrovila para eles, com a finalidade de servir de unidade demonstrativa para o projeto. Apesar de o governo não ter aceitado a proposta de imediato, a vila Amazonas foi ocupada pelos técnicos, que, a partir da convivência com os outros colonos, tentaram desenvolver e propagar tecnologias de efeito demonstrativo. Apesar de a proposta não ter obtido êxito, um grupo reduzido de agrônomos continuou nas atividades técnicas e de organização local.

Em síntese, o processo de colonização de Serra do Mel se deu de duas formas: de um lado, uma colonização oficial, constituindo dezessete vilas, e uma ocupação realizada por trabalhadores com apoio do movimento sindical e da Igreja, que ocasionou a colonização de cinco vilas. A última vila, a Tocantins, foi formada na década de 1990, a partir da incorporação de uma área de assentamento de reforma agrária ao município.

No que diz respeito às questões organizacionais e econômicas, o desenvolvimento rural do Projeto Serra do Mel apresenta dois períodos distintos: 1) de 1972 a 1983 e 2) de 1984 até 2000. O primeiro período, de criação e formação, foi extremamente difícil. Caracterizou-se pela situação de submissão ao poder centralizado do Estado e a uma visão de desenvolvimento do espaço rural exclusi-

vamente agrícola, além da frequência de intempéries climáticas como a seca. O segundo período, ao qual passaremos a nos referir daqui por diante, representou o início de um processo de organização política, social e produtiva e a aplicação planejada da lógica do “desenvolvimento local”, que gerou importantes transformações.

### **3 - O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA**

O início do processo de organização dos agricultores de Serra do Mel é possuidor de particularidades relacionadas com a presença centralizada do Estado. A relação entre agricultores e Estado caracterizava-se pela limitação das ações dos primeiros, o que inibia o surgimento de comportamentos estimuladores da participação e, dessa forma, limitava a possibilidade de os agricultores assumirem responsabilidades no Projeto, tanto no âmbito do seu desenvolvimento como na condução da nova vida em comunidade.

A criação da estrutura de organização iniciou-se a partir de 1983 mediante a ação coordenada de um técnico recém-chegado da Suíça, este destinado a trabalhar para o governo do Estado, com vistas à emancipação do Projeto Serra do Mel a município. A partir da realidade encontrada, o técnico suíço percebeu e expressou a necessidade de buscar, através de estudos técnicos e da gestão participativa, vias de desenvolvimento capazes de viabilizar as atividades locais. Neste sentido, dá-se início à criação de associações. Como resultado, no ano de 1985, cada uma das 22 agrovilas existentes se encontrava dotada de associação, cuja atribuição era a de receber os recursos e repassar para os agricultores, promovendo, assim, o início de um processo de descentralização, tanto das atividades econômicas como de poder.

Atualmente, a estrutura de organização do município de Serra do Mel, conforme é demonstrado na TABELA 1, é composta por 24 associações, sendo 22 com fundação no ano de 1985 e duas fundadas no período de 1996 a 2002. Conta ainda

com um grupo específico de produtores, que desenvolve a atividade de produção de mel de abelha (apicultores), além de duas cooperativas.

Das duas cooperativas existentes, uma delas, a COOPERMEL, foi criada no ano de 1975 e oficializada em 1989, passando a desenvolver uma gestão vertical e vinculada às ações do Estado. A concepção de sua criação e desenvolvimento passou a inibir a participação dos agricultores familiares. Os representantes da COOPERMEL inspirados no modelo da grande empresa capitalista de capital intensivo e de caráter “fordista”, predominante na época, priorizaram a construção de uma estrutura centralizada e mão-de-obra assalariada, com vistas ao beneficiamento da produção de castanha e do pedúnculo do caju, adquirindo máquinas de porte industrial para o corte mecânico na extração da amêndoa da castanha e o esmagamento na fabricação de suco a partir do pedúnculo.

A gestão vertical e a produção centralizada da COOPERMEL, além da intervenção do Estado na sua condução, passaram a inibir a participação dos produtores gerando, com isso, um estado de desconfiança e promovendo uma desarticulação entre sua diretoria e os agricultores familiares. A situação era de descrença em toda a estrutura organizativa, o que fez muitos agricultores começarem a se desvincular das cooperativas e das associações.

Em 1985, os agricultores familiares acreditaram em uma reversão dessa situação e, com a ajuda de algumas instituições, como a Igreja, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado

– FETARN e o Sindicato dos Trabalhadores de Mossoró, destituíram a diretoria da COOPERMEL e assumiram o poder. A situação da cooperativa apresentou-se caótica no momento e, no ano de 1986, os agricultores resolveram colocar um gerente com conhecimentos técnicos na esperança de solucionar os problemas da cooperativa. Este não conseguiu reverter a situação e afastou-se da função, juntamente com os trabalhadores.

Mesmo depois da experiência frustrada com a COOPERMEL, a crença na organização através do cooperativismo não foi totalmente abalada, pois esta forma se configurava na mais adequada de se organizar e organizar a produção. Assim, no ano de 1991, um grupo de agricultores familiares, com a ajuda da FETARN e outras instituições, criou e fundou, em Mossoró-RN, a Cooperativa dos Beneficiários Artesanais de Castanha de Caju, a COOPERCAJU. Mesmo impedida pela prefeitura de funcionar em Serra do Mel<sup>1</sup>, a COOPERCAJU passou a atuar priorizando a construção de uma estrutura descentralizada em unidades familiares para beneficiar a produção de castanha. Para instalar as unidades de beneficiamento e distribuir por algumas associações foi necessário adquirir e ajustar uma tecnologia de porte artesanal para o corte mecânico na extração da amêndoa da castanha. A gestão manteve a lógica vertical, mas a ação da diretoria não mais inibia a participação dos agricultores, o que gerou uma migração da COOPERMEL para a nova cooperativa. Mesmo sendo um período recente, entre 1996 e 2000, na TABELA 2 mostra-se que houve uma evolução positiva do número de cooperados para a COOPERCAJU e uma queda no quadro da COOPERMEL.

**Tabela 1 – Serra do Mel: estrutura e formas de organização**

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	Data de Fundação	Em atividade	Evolução do n.º de sócios	
				1996	2000
GRUPO DE PRODUTORES	01	1998	01	-	42
ASSOCIAÇÃO	24	1985/02	24	939	636
COOPERATIVA	02	1989/91	01	1.090	727

Fonte: Questionário de pesquisa de campo 2002

<sup>1</sup> A COOPERCAJU foi aberta e passou a funcionar inicialmente na cidade de Mossoró, pois o prefeito de Serra do Mel era vinculado à COOPERMEL e contrário às iniciativas dos agricultores familiares.

**Tabela 2 – Cooperativas existentes e número de sócios participantes**

DISCRIMINAÇÃO	Data de Fundação	Evolução do n.º de sócios	
		1996	2000
GRCOOPERMEL	05/1989	1000	600
COOPERCAJU	07/1991	90	127

Fonte: Questionário de pesquisa de campo e COOPERCAJU 2002

As ações da COOPERCAJU passam a se basear numa gestão estimuladora da participação através de tomadas de decisão em assembléias, como também na integração das atividades locais (produção, agroindústria e comercialização), procurando homogeneizar o espaço rural sem uma separação entre a agricultura e a indústria. Entretanto, a trajetória da COOPERCAJU em seu pouco tempo de operação não se resume ao melhor dos mundos. As dificuldades enfrentadas pelos agricultores no período mais crítico de intervenção estatal e a frustração com a COOPERMEL, dentre outros fatos marcantes, foram ingredientes favoráveis à construção de um quadro de desconfiança, que dificultava, como veremos a seguir, o andamento de um processo pleno de participação, atingindo, de certa maneira, a gestão da COOPERCAJU e o planejamento realizado para reestruturar e retomar o desenvolvimento de Serra do Mel.

#### **4 - O PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E A AGRICULTURA FAMILIAR**

Os produtores de Serra do Mel sobreviviam em condições difíceis no início dos anos 1980, praticando o cultivo de culturas destinadas principalmente ao autoconsumo, como mandioca, feijão e milho. Algum excedente de produção gerado era submetido ao controle da CIDA, caso esses produtores decidissem pela sua comercialização. Nesse período, a produção de caju, principal cultura implantada em período recente, ainda se configurava desprezível e a forma de pensar o desenvolvimento das atividades rurais era, conforme defende Veiga (2000, p. 42) exclusivamente agrícola, não havendo uma preocupação com a diversificação ou verticalização da produção.

A partir de 1986, um esforço importante foi despendido no sentido de incentivar o “desenvolvimento local” e difundir esta lógica trazida pelo técnico europeu junto às instituições, aos agentes locais e às famílias dos produtores. É elaborado, então, no ano de 1987, o primeiro planejamento, o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado – PDCI, com uma população já possuidora de um nível de organização e participação considerável. E, conforme Charity (1995), com base no desenvolvimento local, dava-se início à busca da auto-sustentação do Projeto, juntando a isso a aspiração pela emancipação desse à condição de município, o que acabou acontecendo no ano de 1988.

As preocupações no sentido de alavancar a reestruturação de Serra do Mel através da perspectiva do “desenvolvimento local” deram-se mediante a elaboração e implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel – PIDSSM, a partir do ano de 1994, o qual passou a promover importantes transformações no município. A idéia inicial desse novo plano era unir as forças em torno do que Veiga (2000, p. 138) e Abramovay (2000) denominam de “idéia guia”, na busca pelo desenvolvimento sustentável. Para isso, inicialmente foi fundamental articular a cooperação principalmente entre três instituições: a Prefeitura Municipal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e a Associação de Apoio às Comunidades do Campo – AACCC, esta última sendo a coordenadora do processo.

Estudos de viabilidade para o aproveitamento do caju foram sugeridos inicialmente pelo técnico suíço e realizados pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural de Botucatu e por uma instituição holandesa, a AGRO ECO – Holanda. Os

resultados desses estudos apontaram para o caminho da construção daquilo que Silva (1997) classifica de um espaço rural multifuncional, com maior descentralização e diversificação das atividades locais e otimização no aproveitamento dos recursos.

Apesar do planejamento elaborado com a participação dos agricultores, e de estes envolvidos diretamente no processo através das suas respectivas associações, havia um problema sério a ser resolvido: o crédito. Até 1987, os agricultores não possuíam o título de posse de seus lotes e, sem a capacidade de oferecer garantias, não podiam retirar recursos nos bancos. No ano de 1988, com o Projeto na condição de município e os agricultores possuindo os títulos, é realizado o primeiro custeio. O custeio tinha prazo de vencimento dos contratos de um ano. Quando chegou o momento de saldar as dívidas, os agricultores foram orientados para o não-pagamento, pois os técnicos do Estado apontavam para a possibilidade de perdão por parte dos bancos. O perdão não aconteceu e, entre os anos de 1988 e 1995, os agricultores de Serra do Mel não tiveram acesso às fontes oficiais de financiamento, pois se encontravam inadimplentes. Para financiar a produção nesse período, os agricultores passaram a se submeter ao capital comercial usurário e a outros tipos de financiamento informal como a agiotagem, por exemplo. Os comerciantes maiores de Mossoró, com sua rede

formada por prepostos locais, faziam a ligação entre os agricultores e o mercado. Mantinha-se assim um vínculo em que não existia a estrutura competitiva e, conforme Abramovay (1998), a integração dos agricultores ao mercado se dava parcialmente, realizando-se em condições tais que existia a influência individual de certos agentes econômicos sobre a formação dos preços. Outra saída dos agricultores na obtenção de recursos acontecia em função da venda de itens como leite e pequenos animais de “criação” (porcos, galinhas etc.).

O acesso por parte dos agricultores de Serra do Mel a fontes oficiais de financiamento, como os bancos, por exemplo, passou a ser uma realidade somente no ano de 1996, ainda sob algumas restrições, depois do longo período de inadimplência. Os recursos para as atividades rurais do município foram sendo liberados gradualmente e submetidos a uma ação cautelosa dos agentes financeiros, principalmente do Banco do Brasil. Os bancos passaram a aumentar de forma considerável as quantias e demonstrar maior confiança junto aos agricultores, apenas nos anos de 1997 e 1998, liberando, no período de 1996 a 2000, um total de R\$ 12.924.324,77 (doze milhões, novecentos e vinte quatro mil, trezentos e vinte quatro reais e setenta e sete centavos), a maioria, do Banco do Nordeste<sup>2</sup>, conforme dados da TABELA 3.

**Tabela 3 – Valores liberados em empréstimos realizados no mercado financeiro no período de 1996 a 2000 (em reais) para custeio e investimentos na COOPERCAJU e as principais fontes de financiamento**

ANO	BANCO DO BRASIL	BANCO DO NORDESTE	TOTAL
1996	25.000,00	1.026.608,77	1.051.608,77
1997	1.100.000,00	2.484.536,41	3.584.536,41
1998	-	5.596.851,59	5.596.851,59
1999	1.268.170,00	530.216,18	1.798.386,18
2000	363.870,00	529.071,82	892.941,82
<b>TOTAIS</b>	<b>2.757.040,00</b>	<b>10.167.284,77</b>	<b>12.924.324,77</b>

Fonte: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002

<sup>2</sup> A presença do Banco do Nordeste no período de elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel – PIDSSM – criou uma situação de euforia por parte de vários produtores, os quais esperavam que os recursos fossem liberados de forma imediata. A ansiedade era tanta que muitos não tiveram paciência de esperar a finalização do Plano, pois, para alguns agricultores, o caráter imediatista no acesso ao dinheiro era o que mais importava no momento e não a ‘conversa fiada’ necessária no processo de elaboração do PIDSSM.

O aumento da quantidade de dinheiro nas mãos dos agricultores, registrado entre 1997 e 1999, auge do Programa de Reestruturação de Serra do Mel, resultou de maior confiança dos bancos no cumprimento dos contratos e da necessidade de investimento em estrutura, dada a capacidade de expansão e de retorno econômico detectados na cultura do caju, além da sua intensidade no momento do processo de beneficiamento e comercialização de castanha, principalmente orgânica, destinada a exportação. A redução dos recursos em 1999 e 2000 ocorreu por ocasião de uma crise na COOPERCAJU e numa mudança da política nacional de crédito rural que prejudicou bastante os agricultores e o andamento das atividades rurais. Segundo afirmações das carteiras agrícolas do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste de Mossoró-RN, numa reformulação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em nível nacional, os agricultores familiares classificados nas categorias A, B e C e D<sup>3</sup> se submeteram a um ajuste. Em 1999, os agricultores adquiriram recursos via PRONAF D com teto de R\$ 5.000,00 por contrato e, em 2000, fizeram pelo PRONAF C, que tinha teto de apenas R\$ 1.500,00.

Uma das particularidades do Programa de Reestruturação que chama a atenção diz respeito à dis-

tribuição na aplicação dos recursos ao longo da cadeia, a qual proporciona determinada integração entre as fases de produção, beneficiamento e comercialização. Conforme é demonstrado na TABELA 4, o período que compreende os anos de 1997 e 1998, principalmente, se configura como decisivo na formação de uma estrutura que exigiu maior destino e finalidade dos investimentos em bens de capital (máquinas de corte, estufas a gás, mesas de classificação etc.), objetivando alcançar uma maior agregação de valor e o aumento da renda dos produtores.

A dinâmica gerada a partir do programa de reestruturação levou a uma situação em que se tornava evidente a concentração e o predomínio dos investimentos em um único produto: o caju. Apesar da liderança dessa cultura, admitia-se, entretanto, que ela, por si só, era insuficiente para garantir a condição de desenvolvimento sustentável do município. Mesmo assim, somente a cadeia do caju (tratos culturais, colheita, armazenamento, beneficiamento, comercialização etc.) absorveu, no período entre 1996 e 2000, de acordo com a TABELA 5, 95,06% dos recursos destinados ao desenvolvimento das atividades rurais do município, demonstrando um poder determinante no desenvolvimento rural de Serra do Mel.

**Tabela 4 – Crédito rural: valores contratados e liberados por finalidade (1996-2000)**

ANO	PRODUÇÃO		AGROINDÚSTRIA		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	
1996	839.675,58	25.000,00	295.355,34	-	-	-	1.160.030,92
1997	1.878.157,44	1.100.000,00	410.796,10	304.005,02	-	30.000,00	3.722.958,56
1998	4.025.275,93	69.783,61	724.596,39	563.574,97	214.695,23	107.347,61	4.980.677,35
1999	364.922,55	1.541.885,78	-	152.485,65	-	-	2.059.293,98
2000	277.070,20	672.079,81	-	52.213,96	-	-	1.001.363,97
<b>Totais</b>	<b>7.385.101,70</b>	<b>3.408.749,20</b>	<b>706.151,44</b>	<b>1.072.279,60</b>	<b>214.695,23</b>	<b>137.347,61</b>	<b>12.924.324,78</b>

Fonte: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002. Elaboração própria

<sup>3</sup> A classificação dos estratos da agricultura familiar para o PRONAF é a seguinte: estrato (A) assentamentos de reforma agrária; (B) trabalho familiar é a base da exploração do estabelecimento e renda anual bruta de até R\$ 1.500,00; (C) trabalho familiar predominante, com recurso eventual ao trabalho assalariado e renda anual bruta entre R\$ 1.500,00 e R\$ 10.000,00; e (D) trabalho familiar predominante, com até dois empregados permanentes e recurso eventual de trabalho de terceiros. Renda bruta anual familiar entre R\$ 10.000,00 e R\$ 30.000,00.

As outras culturas, que somaram apenas 4,94% dos recursos do financiamento oficial no período de 1996 a 2000, demonstram uma condição de pouca importância econômica, quando vistas com a possibilidade de inserção e contribuição no desempenho de uma estratégia de desenvolvimento com sustentabilidade. De acordo com a TABELA 6, além de pouca elasticidade e pequena capacidade para agregar valor, os produtos de Serra do Mel, com a exceção do caju, variaram pouco as quantidades produzidas entre 1995 e 2000. São bens produzidos pelos agricultores sem a preocupação comercial, em sistemas de cultivos simples no período das chuvas, destinando-se principalmente para o autoconsumo das famílias (no caso de alimentos) e poupança (animais).

Entretanto, mesmo possuindo a liderança absoluta, a cultura do caju, segundo os elaboradores do planejamento, se configurava insuficiente para assegurar a sustentabilidade do município. Mesmo assim, a maior parte da estrutura rural existente no município – exceto a estrutura de produção –, como demonstram as informações da TABELA 7, foi constituída a partir do financiamento gerado

pela dinâmica em torno dessa cultura. E, como podemos constatar, é na integração, estratégia de agregação de valor (beneficiamento da castanha), que se evidencia a principal preocupação com a reestruturação de Serra do Mel. Como pode ser visto na TABELA 7, isto se afirma quando percebemos que as unidades de beneficiamento artesanal, vinculadas à COOPERCAJU, adquiridas em sua maioria entre 1990 e 1998, e que aparecem em funcionamento no desenvolvimento das atividades rurais de Serra do Mel, surgiram no período de maior fluxo de recursos oriundos do crédito oficial.

A inserção e expansão dos financiamentos bancários foram, a nosso ver, os mais importantes fatores na aceleração e viabilização das mudanças locais (produtiva, tecnológica, capacitação etc.), pois significou, inicialmente, o rompimento dos laços de dependência ao capital comercial e, posteriormente, a base para as ações necessárias ao cumprimento das metas para a reestruturação do município constantes no Plano, o que fez resultar na alavancagem e sustentação do desenvolvimento rural.

**Tabela 5 – Culturas que mais demandaram financiamento no período (1996-2000)**

CULTURA	VALOR (mil reais)	%
Caju	12.285.637,70	95,06
Feijão	365.728,22	2,83
Bovinocultura de leite	187.300,64	1,44
Bovinocultura de corte	85.658,22	0,67
<b>TOTAL</b>	<b>12.924.324,78</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e COOPERCAJU 2002. Elaboração própria

**Tabela 6 – Evolução dos principais produtos agropecuários de Serra do Mel**

PRODUTOS	1995		2000	
	Unidade	Quantidade Produzida	Unidade	Quantidade Produzida
Feijão	Kg	38.000	Kg	22.000
Mandioca	T	300	T	1.600
Leite	L	100.095	L	291.600
Bezerros	Cab.	1.000	Cab.	1.800
Suínos	Cab.	200	Cab.	1.116
Mel de abelha	Kg	2.500	Kg	25.000
Ovos de galinha caipira	Dz.	6.870	Dz.	7.000

Fonte: Questionário de pesquisa de campo 2002

**Tabela 7 – Estrutura de patrimônio rural existente**

<b>PRODUÇÃO</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Ativos em Produção</b>	<b>Parados / Inativos</b>	<b>Período de Construção/Aquisição</b>
<b>Lotes agrícolas</b>	<b>1.196</b>	<b>1.196</b>	<b>-</b>	<b>1974 a 1984</b>
Colméias	1.000	996	04	1998 a 2000
<b>AGROINDÚSTRIA</b>				
Unidades beneficiamento castanha	400	100	300	1990 a 1998
Casas de farinha	14	-	14	1990 a 1996
<b>COMERCIALIZAÇÃO</b>				
Cooperativas	02	01	01	1975 a 1991

Fonte: Questionário de pesquisa de campo 2002

Uma das constatações que chama a atenção na estrutura da agroindústria é a existência das quatorze casas de farinha. Estas se encontram dispersas e desativadas por algumas vilas do município. Essa estrutura foi formada com recursos oriundos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, numa parceria entre o governo do Estado e o Banco Mundial, sem atender a um rigor específico nos estudos prévios de viabilidade econômica e de mercado. Para se ter uma idéia, são produzidas em média no município 300 toneladas da raiz de mandioca/ano, quantidade suficiente para o funcionamento de um pouco mais de uma casa de farinha. No entanto, essa estrutura não despertou interesse de torná-la viável em curto prazo, tornando-se desprezada pelo Programa de Reestruturação.

Foi com a criação da COOPERCAJU que se intensificou a reestruturação. E essa reestruturação, como visto, estava prevista para viabilizar a integração a partir do beneficiamento artesanal da castanha de caju, utilizando um equipamento de corte de porte familiar para a extração da amêndoa. Entretanto, não existia um equipamento como o desejado, que se adaptasse à realidade de Serra do Mel; apenas as máquinas de porte industrial da COOPERMEL, que não interessavam à lógica de desenvolvimento pretendida. A EMBRAPA Agroindústria Tropical, de Fortaleza, foi procurada e passou a trabalhar na adaptação de um pacote que atendes-se à capacidade de produção de cada família.

A estratégia do planejamento, como veremos no tópico a seguir, era, desde o ano de 1994, integrar agregando valor à produção (beneficiando e

comercializando diretamente a castanha do caju). Para isso, se fazia necessário capitalizar e dotar a cooperativa de uma estrutura a partir das necessidades da cultura do caju e, com isso, fortalecer sua estrutura para facilitar e tornar efetivo o acesso a recursos para o financiamento dos investimentos, com a captação junto aos bancos.

## **5 - O PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

Durante as discussões do planejamento, que se estenderam pelos anos de 1994 e 1995, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco do Nordeste e a Associação Brasileira de Cooperação (ABC), juntamente com a AACC, acompanharam tecnicamente a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável de Serra do Mel (PIDSSM), cuja metodologia propiciou na sua formulação a participação e capacitação dos produtores envolvidos e suas associações.

Uma das principais conclusões do Plano com relação à situação econômica presente do município àquela época foi de que, apesar da liderança da cultura do cajueiro, era sensato aceitar sua condição de insuficiência para engendrar sozinho um processo de desenvolvimento sustentado, capaz de garantir um fluxo regular de renda para todas as famílias de agricultores.

Na concepção do PIDSSM, no âmbito do “relacionamento interno” da unidade familiar de produção, a variável tecnológica encontrava-se estritamente

associada com a disponibilidade de recursos físicos e financeiros, com o processo de capacitação, de produção e de trabalho, com a divisão interna do trabalho entre os membros da família ou a mão-de-obra eventualmente contratada etc. E, no âmbito das “relações externas”, com o grau de mercantilização da produção e a articulação com os sistemas de comercialização e financiamento. Neste sentido, a idéia do Plano é de um desenvolvimento endógeno<sup>4</sup>, em que as mudanças tecnológicas introduzidas na produção acelerem o processo, que Silva (1982) classifica de diferenciação no sentido “ascendente”, e que seja capaz de fazer com que as rendas oriundas do excedente da atividade rural do município não sejam transferidas para outros setores fora do âmbito local. Além disso, que os bons resultados da atividade sejam convertidos em investimentos na própria estrutura de produção e em rendas cada vez mais remuneradoras do trabalho das famílias.

Percebendo a importância da inserção da agroindústria como processo contínuo da produção, o PIDSSM apontava para a diversificação das atividades num cenário onde estas estivessem devidamente integradas na cadeia produtiva. Constatadas as deficiências e os principais problemas do município, em levantamentos efetuados pela equipe do planejamento, passou-se a trabalhar no apontamento de soluções a partir da identificação das maiores potencialidades. Como já afirmado anteriormente, a fundamentação do Plano foi direcionada para o “desenvolvimento local”, num projeto de desenvolvimento construído desde sua base, privilegiando a cooperação entre agentes e instituições, além de manter um relacionamento e uma interdependência do contexto regional, nacional e internacional. Entre os agricultores, mesmo enfrentando dificuldades, a concepção do Plano fez com que estes passassem

a ver uns aos outros como parceiros e não como ameaça. A partir do enfoque no desenvolvimento local, o PIDSSM, por sua vez, foi orientado para a necessidade de construção do que vem sendo definido como “capital social”<sup>5</sup>, mediante a formação do que Franco (2000) denomina “rede de participação entre Estado e Sociedade Civil”.

De acordo com a TABELA 8, o PIDSSM, nos últimos seis anos, proporcionou a participação de diversas instituições públicas e privadas, que passaram a contribuir no processo de desenvolvimento rural/local de Serra do Mel, juntando-se às mais antigas (AACC, EMATER, SIPARN E FETARN).

O Plano é, então, constituído atendendo a lógica *descendente* de Programas e Projetos. A preocupação com a criação de postos de ocupação mais remuneradores para a força de trabalho rural local foi priorizada e ancorada na integração dos três principais eixos: a agropecuária, a agroindústria e a criação de ocupações não-agrícolas, além do acesso a mercados.

Para o desenvolvimento da agropecuária, o Plano direcionava as ações para as vertentes agrícola, pecuária e silvícola, consorciadas de forma a garantir um padrão tecnológico sustentável economicamente e ambientalmente. Em relação ao padrão tecnológico, além da consorciação das atividades, que previa a intervenção da pesquisa agropecuária, pretendia-se utilizar técnicas que ajustassem as combinações para a reversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico. Este padrão tecnológico encontrava-se dentro das perspectivas dos estudos realizados pelo Instituto Bio-Dinâmico (IBD), de Botucatu, que recomendava a produção de castanha orgânica, principalmente, tendo em vista a pos-

<sup>4</sup> A característica da agricultura familiar, para vários autores, dentre eles Silva (2000) e Abramovay (1998, p. 193), é de dependência e subordinação ao capital. E é, certamente, a atividade econômica no capitalismo contemporâneo mais submetida a constrangimentos coletivos. A concepção do PIDSSM, neste caso, apresenta-se diferente, quando busca em suas diretrizes a combinação nas relações internas e externas, de forma tal que promovessem uma maior integração da agricultura familiar de Serra do Mel.

<sup>5</sup> Nossa visão de capital social aqui é tomada de Putnam (1993), sintetizada por Estrada (1999), e que destaca que “a articulação da sociedade civil não depende da (é diferente da) ação de governos, e afirma que o capital social é ‘path dependent’, quer dizer, resultado de inércias históricas e culturais; isso explicaria, na opinião de Putnam, que ocorra uma grande diversidade de sociedades com diferentes graus de intervencionismo estatal. ... vê as relações estado-sociedade como um jogo de ‘soma diferente de zero’.”

**Tabela 8 – Principais empresas e instituições parceiras e de relacionamento**

Empresa / Instituição	Ramo de Atividade	Nível de Atuação	Período de Relacionamento	Contratos? (S ou N)
AACC	Assistência técnica	Local	12 anos	S
BANCO NORDESTE/PNUD	Crédito/capacitação	Regional	06 anos	S
BANCO DO BRASIL	Crédito	Nacional	06 anos	S
BANCO MUNDIAL/PAPP	Crédito	Internacional	04 anos	S
EMATER	Assistência técnica	Regional	12 anos	N
EMPARN	Pesquisa	Regional	04 anos	N
EMBRAPA	Pesquisa	Nacional	03 anos	N
SEBRAE	Assessoria empresarial	Regional	06 anos	N
FETARN	Sindical	Regional	07 anos	N
VISÃO MUNDIAL	Comércio exterior	Internacional	02 anos	N
SIPARN	Comércio Exterior	Internacional	12 anos	N

Fonte: Questionário de pesquisa de campo 2002

sibilidade de atingir o mercado externo. A Sociedade para Incentivo ao Pequeno Artesão do Rio Grande do Norte (SIPARN), agente exportador, sempre se responsabilizou pela operacionalização, em Natal, das exportações. Em 1996, numa das ações mais importantes do eixo agropecuário contido no Plano, a EMBRAPA Agroindústria Tropical e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) passaram a desenvolver no município, com financiamento do Banco do Nordeste, a tecnologia de substituição de clones de cajueiro, buscando alcançar maior produtividade, a partir da inserção de uma variedade mais resistente e produtiva: o cajueiro anão precoce.

Para o desenvolvimento da agroindústria, o beneficiamento da castanha do caju foi o ponto principal. Tentou-se implementar, a partir de uma ação conjunta com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, um processo caseiro de produção de derivados do pseudofruto (rapadura, doce, mel, licor etc.) em algumas vilas (a Vila Piauí, principalmente). O Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE) se inseriu logo após, contribuindo com o apoio em *marketing* (embalagem, rótulo, identificação do produtor etc.) para a entrada dos produtos no mercado. Diante de dificuldades de regulação, muitas delas geradas pelo que Williamson (1985) classifica como “oportunismo” de algumas instituições e pela falta de cooperação, não houve registro de sucesso considerável.

Em Serra do Mel, a situação demonstrou, além da inexistência de contratos, um pequeno grau de aperfeiçoamento das instituições envolvidas e deficiência de regulação.

O quadro previsto para a diversificação via agroindústria, portanto, teve pouca expressão na criação e desenvolvimento de outras atividades, como as não-agrícolas, por exemplo, e, como veremos a seguir, limitou-se apenas ao beneficiamento da castanha do caju através do corte artesanal em unidades de porte familiar vinculadas à COOPERCAJU.

## **6 - O DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE TECNOLOGIA PARA O BENEFICIAMENTO ARTESANAL DA CASTANHA DE CAJU**

A tecnologia é um dos elementos que afetam diretamente o funcionamento das economias de características familiares, sendo muitas vezes responsável por transformações estruturais profundas tanto em nível interno da unidade produtiva como em suas relações com a sociedade capitalista.

Assim, para Silva (1999, p. 137), a política tecnológica para o ambiente típico da unidade familiar emerge como um elemento-chave no contexto da

transformação dinâmica de uma produção mais artesanal, no sentido de elevar esse segmento a um patamar mais alto de integração com a economia global. Além disso, a política tecnológica apresenta-se como de alta relevância no direcionamento dos processos de integração e de diferenciação da unidade familiar de produção em sentido ascendente ou descendente, isto é, nas direções defendidas pelos clássicos, de um processo de submissão e integração (KAUTSKY, 1980) ou proletarização e capitalização. (LÊNIN, 1985).

Segundo a EMBRAPA Agroindústria Tropical<sup>6</sup>, para o caju, o setor agroindustrial ressentia-se de tecnologia para o seu aproveitamento integral, de maneira a obter produtos de alto padrão de qualidade, que possam ser competitivos nos mercados nacional e internacional. Para a cultura do caju, os processos de extração da amêndoa são os mais viáveis.

O eixo da agroindústria contido no PIDSSM fazia parte de um conjunto de atividades integradas, diferentes da lógica de Kautsky (1980), que separa agricultura e indústria, a serem desenvolvidas no âmbito produtivo e trazia, na sua concepção, um determinado grau de complexidade para sua implantação. Dessa forma, os recursos necessários ao financiamento dos investimentos do plano produtivo foram negociados diretamente com a sede do Banco do Nordeste, em Fortaleza, por não se enquadrar nos parâmetros convencionais de projetos agrícolas. A apresentação de uma proposta que unia as três fases (a produção, a agroindústria e a comercialização), além da inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico, tornava o Plano um caso particular nas rotinas das agências locais de crédito, impossibilitando-as de realizar a operação. O valor total do Plano foi estimado em R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

Diante da dificuldade com relação à tecnologia de processamento do pseudofruto apontada pela EMBRAPA no PIDSSM, o processo de reestruturação da COOPERCAJU foi direcionado a partir do beneficiamento artesanal da castanha de caju. Surge, então, a necessidade de simplificar e ajustar a tecnologia para o corte artesanal e inseri-la de maneira eficiente e descentralizada, de forma tal que as próprias famílias pudessem operar até mesmo em suas casas. Numa parceria entre os produtores, a AACCC e a EMATER, foram realizadas discussões que resultaram no desenvolvimento de uma mini-indústria familiar de beneficiamento de castanha, com características rústicas. A partir disso, fazia-se necessária uma série de adaptações para ajustá-la às dimensões pretendidas.

Tendo em vista a necessidade de ajuste, a EMBRAPA conseguiu desenvolver um equipamento de corte artesanal, que incluía, além do equipamento de corte da castanha, uma estufa pequena consumidora de gás, em substituição às de alvenaria, que queimam lenha; baldes para cozimento, em vez de autoclaves; *layout* apropriado para a instalação etc.

Com a inserção e utilização da estrutura de corte artesanal e de porte familiar, constata-se um aumento expressivo na rentabilidade. A injeção de crédito oficial, a partir de 1996, e o beneficiamento da castanha de caju com os equipamentos artesanais fizeram a produção atingir os níveis dos números constantes da TABELA 9.

Segundo explicação de um técnico da COOPERCAJU, a amêndoa beneficiada representa, em média, 20% do total de frutos processados, ou seja, são necessários 5kg de frutos para gerar 1kg de amêndoa. E no processo de seleção para a exportação

**Tabela 9 – Desempenho da produção de castanha beneficiada nos últimos cinco anos**

PRODUTOS	Unidade	1996	1997	1998	1999	2000
		Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Castanha de caju	Kg	45.960	48.400	37.500	30.000	50.300

Fonte: Questionário de pesquisa de campo e COOPERCAJU 2002

<sup>6</sup> EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL (1999)

tação, que se submete a um maior rigor, o índice de aproveitamento de amêndoas inteiras chega a superar 80% de toda a castanha beneficiada, e o restante de 15 a 20%, em formas quebradiças, é totalmente absorvido pelo mercado interno. Apenas 10% (45 a 50 toneladas) de toda a castanha de caju produzida, em torno de 580 toneladas/ano, são beneficiados pelas famílias através das unidades de beneficiamento e apenas 1/3 desses 10% é destinado ao mercado internacional. Isso demonstra que ainda é expressivo o potencial local a partir da castanha de caju e há uma capacidade significativa de expansão do beneficiamento e da exportação.

No processo de beneficiamento da castanha para exportação usando equipamentos de porte industrial, segundo constatações de técnicos da COOPERMEL, aproveitam-se em torno de 50% de amêndoas inteiras e os 50% restantes (quebradiças e esmagadas) configuraram qualidade inferior à equivalente de corte artesanal.

Como os produtores participaram juntamente com os técnicos da EMBRAPA e da AACC na adaptação do equipamento de corte artesanal, a tecnologia desenvolvida apresentou-se simples e proporcionou fácil aprendizado.

Alguns problemas que surgiram com o processo de beneficiamento artesanal da castanha de caju são, por sua vez, decorrentes do ajuste da tecnologia. Um deles é a dificuldade em atingir um nível cada vez mais padronizado das amêndoas, no momento em que as unidades de beneficiamento se encontram dispersas em diversas vilas do município, o que exige uma ação mais determinada da cooperativa na uniformização e no controle da qualidade. Outro diz respeito à emissão do gás oriundo da queima da castanha, o LCC, que ainda é desperdiçado no processo e, de certa forma, poluente.

Mas o problema de maior magnitude que se apresentou no decorrer dos esforços de agroindustrialização da castanha do caju, bem como na implementação do PIDSSM, que estendia as ações às três fases da cadeia produtiva, foi a deficiência gerencial dos dirigentes da COOPERCAJU. Não

possuindo qualificação para a integração de atividades e gestão de negócios com característica empresarial, a diretoria da cooperativa passou a cometer uma série de equívocos que chegou a comprometer sua estratégia inicial de estruturação.

Não aceitando a condição de liderança do beneficiamento da castanha como principal atividade econômica do município e instrumento de capitalização da cooperativa, o gerente, contrariando os apontamentos da EMBRAPA em relação às dificuldades de tecnologias para o pseudofruto do caju, decidiu criar e desenvolver um produto novo a partir deste. Ignorando diversas advertências de pessoas experientes, contrariando a lógica do PIDSSM e desviando recursos destinados à estruturação da cooperativa, criou a rapadura de caju. A rapadura foi fabricada e encaminhada ao mercado consumidor sem passar por um teste fundamental: o teste da prateleira. Esse teste se apresentava necessário, tendo em vista suas características de produto natural, sem aditivos e conservantes químicos. Apresentando-se como uma novidade no momento, toda a rapadura produzida foi comercializada, porém não resistiu ao tempo de espera recomendado pelo mercado e apodreceu. Os compradores devolveram o produto, levando a cooperativa a um prejuízo significativo. Outros problemas surgiram como conseqüência, e não teve outro resultado senão a inadimplência da COOPERCAJU frente ao Banco do Nordeste, causada pelos erros de estratégia de mercado e de gestão.

A capitalização adquirida ao longo dos últimos anos com a comercialização da castanha beneficiada, requisito para obter o acesso contínuo às linhas de financiamento no Banco do Nordeste, foi comprometida. Com uma dívida crescente, sem capital de giro e com a crise de gestão instalada, a COOPERCAJU precisou rever suas estratégias para continuar funcionando.

A crise de gestão afetou uma das conquistas mais importantes: a garantia de comercialização para o exterior. Quando da elaboração do PIDSSM, foram realizados contatos com compradores de países da Europa e Estados Unidos. Estes firmaram

interesse de aquisição da produção, principalmente da castanha com selo orgânico. O não-cumprimento na plenitude dos compromissos desperdiçou este importante mercado potencial, que passou a necessitar de maior esforço posterior para reconquistá-lo. O Certificado de Produção Orgânica encontra-se suspenso e a última inspeção do Instituto Biodinâmico foi em 04/11/1998.

Como a idéia do PIDSSM era o plano de produção rural engendrar um processo endógeno de desenvolvimento local a partir de uma estrutura de funcionamento integrada, a efetivação incompleta deste eixo comprometeu as outras atividades previstas em outros setores, entre elas a criação de atividades não-agrícolas. A diversificação também não ocorreu como o previsto e a castanha de caju beneficiada passou a ser o único produto agroindustrializado localmente, liderando as atividades econômicas, mesmo com a redução do número de unidades de beneficiamento de 400 para apenas 100 unidades de produção.

Numa avaliação feita pela AACC, esta instituição aponta que o trabalho desenvolvido em Serra do Mel entre 1990 e 2000 apresenta uma falha importante: a questão da ética. Tanto da parte das instituições que atuaram durante a execução do PIDSSM quanto da maior parte dos produtores e da própria AACC, constata-se um certo “oportunismo”.

Neste sentido, os problemas identificados no desenvolvimento rural de Serra do Mel se apresentam típicos do surgimento de uma experiência de desenvolvimento rural, com as características de

economias regionais de ações localizadas, que se relacionam integradas do local ao global. São embriões decorrentes de um novo padrão de produção, o “pós-fordismo”, representados pela possibilidade de flexibilização das relações de produção que, como veremos a seguir, no decorrer do tempo, vêm exercitando sua entrada ao esquema global de acumulação capitalista, a partir da experiência exercida pela prática da comercialização de produtos para os mercados nacional e internacional.

## 7 – A DINÂMICA GERADA PELA COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU

No Rio Grande do Norte, o município de Serra do Mel se configura como um dos maiores produtores de castanha de caju, sendo possuidor de uma área explorada de 23.000ha de cajueiro, que produz um total estimado entre 8.000 e 10.000 toneladas/ano. Desse total, apenas cerca de 580 toneladas/ano de castanha *in natura* são produzidas por agricultores familiares ligados à COOPERCAJU. E dessa parcela, a cooperativa consegue agroindustrializar em torno de 10%, sendo que, desta percentagem, 1/3 chega a ser destinado para a exportação e o restante para o mercado interno.

O volume exportado chegou, no período de 1998 a 2000, em torno de 1/3 da movimentação total da COOPERCAJU, conforme TABELA 10 e, dentre os produtos que Serra do Mel produz e registra como comercializados, a liderança se mantém absoluta por parte da castanha de caju beneficiada e destinada à exportação.

**Tabela 10 – Principais produtos de Serra do Mel comercializados e mercados de destino**

PRODUTOS	Quantidade Total/ano	Unidade	Período de Oferta	MERCADOS DE DESTINO			
				Interno			Externo
				Local	Regional	Nacional	
Castanha de caju	50.300	Kg	Set/jun	2.900	7.950	22.554	16.896
Feijão	22.000	Kg	Jun/ago	2.200	19.800	-	-
Mandioca	1.600	Ton.	Set/dez	80	1.520	-	-
Leite de vaca	291.600	L	Diário	102.060	189.540	-	-
Mel de abelha	25.000	Kg	Jun/ago	2.500	22.500	-	-
Ovos de galinha	7.000	Dz	Semanal	1.480	5.520	-	-

Fonte: Questionário de pesquisa de campo 2002

As ações de reestruturação de Serra do Mel desenvolvidas em torno do eixo da agroindústria, no plano produtivo do PIDSSM, a partir de 1994, como vimos, orientaram para as unidades artesanais de beneficiamento da castanha de caju com vistas a atingir o mercado externo. As relações comerciais passam a ser realizadas diretamente pelos produtores através de uma central de comercialização e sem intermediários. Dessa forma, impera a lógica do “desenvolvimento local” recomendada pelo Banco Mundial em que, segundo Estrada (1999), o desenvolvimento das atividades acontece sem, contudo, existir qualquer tipo de intervenção ou regulação estatal.

De toda a produção no município, apenas a castanha de caju é vendida para o mercado internacional. Os outros produtos, por serem característicos do autoconsumo das famílias, não agregam valor, tendem a proporcionar pouco valor adicionado ao produto total e, quando comercializado o excedente, as relações são dominadas pelos intermediários.

O principal destino da castanha de caju de Serra do Mel no mercado internacional, de acordo com o exposto na TABELA 11, é a Suíça. As relações de intermediação entre os produtores e o mercado internacional sempre foram realizadas por uma organização da Suíça que desenvolve trabalhos em países pobres: a OS3. Os técnicos dessa organiza-

ção sempre realizaram visitas periódicas, duas vezes por ano, para verificar *in loco*, se todo o processo de produção atendia às exigências do mercado orgânico e se era isento da exploração do trabalho infantil, de sistemas de escravidão ou exploração inadequada de mulheres.

As diretrizes do PIDSSM previam, a partir de 1994, o destino dos investimentos para a inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico, para atingir o mercado externo. Em 1995, Serra do Mel exporta a primeira remessa de castanha orgânica para a Suíça. Em 1996 e 1997, com o aumento das liberações de recursos do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, é intensificado o processo de inversão do sistema de cultivo tradicional para o orgânico, a ponto de gerar um sentido inverso também nas exportações. Pelos números da TABELA 11, percebemos que caem bruscamente as quantidades exportadas de castanha não-orgânica e se elevam em proporções maiores as quantidades orgânicas. A partir dessa constatação, é de considerar ainda a elevação do número de unidades de beneficiamento – de 12 unidades em 1992 para 70 unidades em 1995, e para 85 unidades em 1997 – e de famílias participantes, além da entrada de mercados compradores potenciais interessados: a Alemanha e os EUA.

Com a crise instalada na COOPERCAJU (a partir dos equívocos operacionais citados anterior-

**Tabela 11 - Exportação de amêndoas de castanha de caju e mercados de destino**

ANO	QUANTIDADE		UNIDADES DE BENEFICIAMENTO	MERCADO DESTINO
	NÃO-ORGÂNICA	ORGÂNICA		
1991	3.000kg	-	-	Suíça
1992	4.500kg	-	12	Suíça
1993	4.500kg	-	26	Suíça
1994	7.000kg	-	30	Suíça
1995	15.000kg	4.700kg	70	Suíça
1996	5.400kg	10.500kg	85	Suíça
1997	3.600kg	14.800kg	85	Alemanha
1998	10.500kg	-	-	EUA
1999	-	-	-	-
2000	20.300Kg	-	53	Suíça

Fonte: Coopercaju 2000. Questionário de pesquisa de campo 2002

mente), que se juntou a conseqüências como o fechamento do acesso ao crédito do Banco do Brasil em 1998, dentre outros fatos, os compromissos de entrega de castanha orgânica, principalmente, foram descumpridos trazendo prejuízos, além de desperdiçar os canais abertos com os mais importantes mercados compradores potenciais.

Em 1999, não houve exportação de castanha de caju, retomando-a com muito esforço no ano de 2000 com apenas 53 unidades de beneficiamento funcionando através da ajuda, não mais ampla e dedicada como no início, dos compradores da Suíça.

Grande parcela da castanha de caju beneficiada produzida em Serra do Mel, em torno de 63,97%, juntamente com a parte *in natura*, ainda é comercializada via intermediários no mercado interno e de maneira informal, não havendo regularização ou certificação do produto.

Segundo avaliação de um técnico da COOPERCAJU, ainda é mais fácil exportar que comercializar para o mercado interno. O grande problema do mercado interno é representado pela burocracia do aparato institucional. Para o mercado externo, porém, necessita-se mandar previamente uma amostra do produto que será submetida a uma análise rigorosa, seguindo os padrões de classificação exigidos. Uma vez conseguido isso, recebe-se o Certificado de Origem e o produto é enviado ao exterior.

A vantagem estratégica na relação com o mercado externo é a exigência deste com as condições de produção: exige-se o ISO 14.000<sup>7</sup> para produtos produzidos sem agressão ao meio ambiente. Outra é a garantia do recebimento, determinada pelo rigor na forma de relacionamento de compra e venda. Tanto os compradores europeus como os americanos adiantam 50% do valor total da mercadoria

<sup>7</sup> O ISO 14.000 representa um conjunto de normas destinado a sistemas de gestão de qualidade, que leva em consideração o aspecto ambiental no processo produtivo das empresas. O objetivo dessas normas é facilitar para as empresas a implementação de metodologias que ajustem a produção ao respeito ao meio ambiente.

em dólar e o restante é depositado em conta imediatamente após o ato da entrega pelos produtores. Isso determina um grau elevado de responsabilidade pelo lado dos produtores a tal ponto que, se não cumprirem os compromissos, desperdiçam o mercado e são eliminados de qualquer relacionamento futuro.

No mercado interno, além de lutar contra a burocracia das instituições e vencer os concorrentes como a Mossoró Agroindustrial S.A. (MAISA) e a Usina Brasileira de Óleos Vegetais (USIBRÁS) – oligopólio formado por empresas de grande porte no Estado –, para os produtores cooperados da COOPERCAJU e de Serra do Mel, há determinada fragilidade ao estabelecer uma relação de confiança com os compradores no Brasil, sendo grandes as possibilidades de calote.

Em relação aos aspectos econômicos e sociais, como o surgimento de postos de trabalho, a variação da renda e a melhoria dos níveis de condição de vida, constata-se que, com a integração a partir do beneficiamento da castanha de caju e a inserção direta dos agricultores de forma organizada em mercados competitivos, os postos de trabalho se ampliaram e os rendimentos foram aumentados. É disso que trataremos a seguir.

## **8 - SERRA DO MEL: O ANTES E O DEPOIS A PARTIR DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS**

Os principais produtos geradores de ocupações atualmente são, de acordo com a TABELA 12, a castanha de caju, que se manteve sempre na liderança, e o mel de abelha, surgido recentemente, entre 1998 e 2000.

A liderança absoluta da castanha de caju se afirma e, na fase da agroindústria, são gerados 500 postos de trabalho com remuneração que varia de quatro a mais de oito salários mínimos. Na fase da comercialização, são mantidos 30 postos, que exigem uma maior especialização e nível de instrução mais elevado, inclusive profissionais graduados de nível su-

**Tabela 12 – Ocupações geradas ao longo da cadeia e principais produtos**

CULTURAS / PRODUTOS	Número de Ocupações Geradas		
	PRODUÇÃO	AGROINDÚSTRIA	COMERCIALIZAÇÃO
Cajucultura	5.980	500	30
Mel de abelha	42	-	-

**Fonte:** Questionário de pesquisa de campo 2002

perior com rendimentos que podem superar 10 salários mínimos/mês. A fase da produção é responsável pela maioria absoluta. São 5.980 pessoas que obtêm uma renda a partir da cajucultura pouco superior a 1 salário mínimo. O mel de abelha é outro produto que inicia um processo ainda tímido de diversificação, encontrando-se com 42 postos na fase da produção.

Verifica-se também que a qualidade de vida das pessoas inseridas e envolvidas no processo mudou para melhor. Existem vilas onde a aquisição de bens de consumo durável (automóvel novo ou seminovo, geladeira, fogão a gás, televisor, forno microondas, videocassete etc.) é bastante emblemática, fruto da capitalização dos agricultores. Em torno de 40% das famílias possuem carro e 100% têm geladeira, fogão a gás e televisor.

Com base em dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Rio Grande do Norte, entre 1991 e 2000, avançou pouco em termos do Índice de Desenvolvimento Humano – Médio (IDH-M), passando de 0,618 para 0,702. Mesmo assim, se configura como o Estado de maior IDH do Nordeste, com uma elevação de 0,084. Dividido entre poucos ricos e muitos pobres, o Estado, ainda com sério subdesenvolvimento econômico, político, social e ético, deve encontrar saídas que mudem sua cara. A análise geral que se faz,

segundo o PNUD, é que, onde imperou a lógica de concentração dos investimentos, o IDH permanece baixo, e onde isto não ocorreu, a sociedade reagiu e conseguiu mudar a realidade.

Para as Nações Unidas, o município de Serra do Mel, atualmente com cerca de 12 mil habitantes, se enquadra na segunda observação, pelo fato de se encontrar numa situação caótica nos anos 1980, ainda como projeto de colonização caracterizado pela alta indigência, e emergir buscando superar seus problemas mediante aplicação correta de políticas públicas que delineou, a partir do “desenvolvimento local”, uma lógica diferente de desenvolvimento rural.

Na TABELA 13, demonstra-se que, entre 1991 e 2000, o município avançou em todos os indicadores que medem a qualidade de vida da população, e um deles chama a atenção: a renda *per capita*. Esta, mesmo ainda pequena, dobrou no período de R\$ 53,63 para R\$ 103,35, revelando um crescimento significativo do produto e elevando o indicador de nível de renda local de 0,437 para 0,623.

No que diz respeito ao IDH-M, o município conseguiu elevar de 0,509 em 1991, considerado de baixo desenvolvimento pelo PNUD, para 0,619 em 2000, índice que, segundo esse órgão, caminha para uma posição de médio desenvolvimento.

**Tabela 13 – Evolução do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no período 1991-2000<sup>8</sup>**

Município	Ano	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Renda <i>per capita</i> (em R\$)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)
Serra do Mel	1991	55,75	57,43	53,63	0,577	0,437	0,509
	2000	62,83	68,53	103,35	0,704	0,623	0,619
<b>Estado</b>	<b>IDH-M 1991</b>		<b>IDH-M 2000</b>	<b>Variação no IDH-M</b>		<b>Ranking 1991</b>	<b>Ranking 2000</b>
Rio G. do Norte	0,618		0,702	0,084		19	18

**Fonte:** PNUD / IPEA / Fundação João Pinheiro (anos 1991 e 2000). Elaboração própria

<sup>8</sup> Dados obtidos através do site: <<http://www.undp.org.br/>>. Acesso em: 20/11/2002.

Na vila Piauí, a mais rica e desenvolvida, onde existe o maior número de beneficiadoras artesanais de castanha e onde se iniciou a experiência do processamento, se constata a maior concentração de famílias possuidoras de carros e de bens de consumo duráveis. É notável ainda perceber a perspectiva dos pais em relação aos filhos, que se revela em sonhos de que estes últimos possam ter um futuro cada vez mais promissor e com maior qualidade a partir de uma vida intensa de estudos na construção de uma profissão, da cidadania e de maior dignidade.

## 9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que todos os processos envolvidos na construção do desenvolvimento rural de Serra do Mel foram pensados, elaborados no PIDSSM e implementados de forma participativa, resultando em uma mudança significativa nos aspectos econômico, social e cultural para as famílias envolvidas, além da mudança de mentalidade quando da necessidade de preservação do meio ambiente. Quanto ao aspecto político, o poder público municipal, que teve sua ação questionada no período, ainda se mantém tentando influenciar, mas o processo de organização social e produtiva da comunidade via cooperativismo, mesmo com suas limitações, buscou, através da participação, empreender iniciativas próprias em direção a um desenvolvimento rural específico. (NAVARRO, 1996).

Mudanças como essas dizem respeito à responsabilidade e apreensão de técnicas de produção adequadas aos padrões de qualidade exigidos para um produto de exportação, o que proporcionou a produtores de Serra do Mel a possibilidade de deixarem certa condição de pobreza para se integrarem à lógica global via inserção no mercado de bens e serviços. Foi necessário, para isso, a busca do “desenvolvimento local”, na concepção e implementação de um planejamento construído de forma participativa, recursos financeiros de fontes de financiamento oficiais, articulação entre agentes e instituições, pesquisa, treinamento e anos de persistência e dedicação, mesmo cometendo muitos erros, para integrar as fases da cadeia produtiva do caju. Tudo isso de maneira integrada, sem atender a lógica da brusca separação

entre a agricultura e a indústria, o que resultou numa maior homogeneização do espaço e no estágio atual de desenvolvimento rural.

## Abstract

---

This article looks for to analyze the contribution of the integration of activities and of the practice of the agricultural commercialization for rural/local development in Serra do Mel-RN. Starting from the perspective of the family agriculture, it tries to demonstrate that it is possible to generate a local dynamics and to develop the rural environment, when actions are developed in the sense of motivating the social and productive organization and the vertical integration of the activities, with the domain of the phase of the commercialization. The result is the possibility of the social ransom and of the generation of more remunerating occupations in the rural environment. In that way, in agreement with the theories concerning the family agriculture, it was accomplished a study on the municipal district of Serra do Mel, State of Rio Grande do Norte, seeking to identify the limits and the decisive factors of the organization and of the integration for rural development.

## Key words:

---

Family agriculture; Local development; Rural development.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Custos de uma política social necessária. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 31 jul. 2000.

\_\_\_\_\_. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: Anpocs, 1998.

CHARITY, R. B. Programa de reestruturação agrícola da Serra do Mel. *AACC/IBD Série Contribuições*, Natal, ano 1, v. 2, 1995. 54 p.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria Tropical. *Relatório de atividades 1996 – 1997*. Fortaleza, 1999. 156 p.

EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL.  
Centro Nacional de Pesquisa em Agroindústria  
Tropical CNPAT. **Relatório de Atividades  
1996-1997**. Fortaleza, 1999. 156 p.

ESTRADA, E. M. El concepto de capital social y  
su utilidad para el análisis de las dinámicas del  
desarrollo. **ECONOMÍA e Ensaíos**. Uberlândia,  
v. 13, n. 2, p. 6-17, 1999.

IDEMA. **Anuário estatístico do Rio Grande do  
Norte 2001**. Natal, 2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto:  
Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, V. I. (1870-1924). **O desenvolvimento  
do capitalismo na Rússia**: o processo de  
formação do mercado interno para a grande  
indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil:  
os limites do passado e os caminhos do futuro.  
**Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de  
Estudos Avançados. v. 15, n. 43, 1996.

PNUD. **Relatórios do Desenvolvimento  
Humano (RDHs): (anos 1991 e 2000)**.  
Disponível em: <<http://www.undp.org.br/>>.  
Acesso em: 20 nov. 2002.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work**:  
civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ:  
Princeton University, 1993. 258 p.

SILVA, J. G. da (Coord.). **Diferenciação  
camponesa e mudança tecnológica**: o caso dos  
produtores de feijão em São Paulo. Campinas:  
UNICAMP, 1982.

SILVA, J. G. da. O desenvolvimento local  
sustentável: um novo desafio para os países  
retardatários. In: CONGRESSO  
INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA  
RURAL, 10., Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de  
Janeiro: [s. n.], 2000.

\_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.;  
SILVA, J. G.; ORTEGA, A. C. (Orgs.).  
**Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade  
do cerrado brasileiro**. Uberlândia: [s. n.], 1997.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia & agricultura familiar**.  
Porto Alegre: UFRGS, 1999.

VEIGA, J. E. da. et. al. **A face rural do  
desenvolvimento**: natureza, território e  
agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WILLIAMSON, O. E. **Economic institutions of  
capitalism**. New York: The Free, 1985.

\_\_\_\_\_  
Recebido para publicação em 21.JAN.2004.